
REPENSANDO A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A INCLUSÃO SOCIAL

EDUCATION, RETHINKING BRAZILIAN EDUCATION: SOCIAL INCLUSION

W. R. M. ARAÚJO^{1*} e A. M. O. SIQUEIRA²

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasil.

² Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

ARTICLE INFO

Article history:
Received 2018-12-20
Accepted 2018-12-21
Available online 2018-12-21

Palavras-chave: Educação. Gênero. Trabalho. Educação. Apresentação.

Keywords: Education. Gender. Work. Education. Presentation.

**Autor correspondente:*

E-mail: marquesreis@hotmail.com

Neste volume da **Revista Relações Sociais** destacamos a projeção deste periódico em 2018, qual seja, sua inserção nos diferentes âmbitos acadêmicos de diferentes instituições universitárias da Europa, América Latina e da América do Norte, confirmada pela filiação de pesquisadores/as ao Comitê Editorial, bem como pela contribuição de autores/as de diferentes nacionalidades.

Isso é motivo de orgulho para nós que compomos o Comitê Editorial e para a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal do Amazonas que têm contribuído para a discussão de ideias e a difusão de conhecimentos. Nosso trabalho exige reflexão teórica constante e uma vigilância epistemológica perpassada pelo engajamento dos colaboradores, cujo norteamento das publicações tem buscado ressaltar o papel da produção de conhecimento: a defesa da democracia sustentada por uma educação crítica e de qualidade.

Ao referenciar o papel da educação na formação do cidadão, Paulo Freire nos inspira ao apontar que o principal objetivo da educação é libertação do indivíduo, onde mulheres e homens apreendem a ler o mundo e a dizerem a própria palavra. Paulo Freire defendia que a palavra seria o instrumento, através do qual, mulheres e homens se tornariam sujeitos de sua própria história. Imbuídos. Palavra-ação que recria a percepção de mundo e transforma

indivíduos em sujeitos protagonistas de sua própria história que, num processo dialético, buscam dar significado às suas ações e ao mundo material em constante processo de transformação.

Inspirados nele, pautamos o compromisso deste periódico com uma educação libertadora e norteada pelos princípios humanistas. Em defesa de uma Educação inclusiva, plural e libertadora, pautamos, fazendo referência a Paulo Freire, que a educação não é um processo neutro. Ela tanto pode ser um instrumento de dominação quanto de emancipação. Isto é, educação “pode ser tanto uma ação cultural para uma dominação quanto pode ser uma ação cultural para a libertação” (GADOTTI, 2012, p. 453). Educadores, de fato, partem de concepções pedagógicas que “sustentam-se em um pensamento filosófico sobre a educação” (LUCKESI, 1994 p. 33).

De acordo com as próprias palavras desse educador, cabe destacar que: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68). Por esta e por outras razões, o pensamento desse Educador-filósofo não perde a sua atualidade, sobretudo, pelo contexto político-social que estamos vivendo. Nesse sentido, encerramos este número afirmando que precisamos repensar a educação pública brasileira na perspectiva freireana, vislumbrando a inclusão social e a expurgação de uma ideologia excludente das elites dominantes (políticas e econômicas) que nos assombra atualmente.

Antecipamo-nos, agradecendo aos nossos colaboradores e colaboradoras, autores, avaliadores e leitores, que têm nos prestigiado divulgado entre seus pares este periódico que, reunindo esforços de várias ordens, busca visibilizar ações que se tornaram textos e intertextos resultados de estudos e pesquisas sociais.

A seção *Diversos* abre este número apresentando artigos que articulam conceitos e bases teórico-metodológicas das Ciências Sociais, onde os autores/as apresentam resultados de estudos que destacam a dimensão social e a luta pelo acesso à direitos.

O artigo “A luta pela redemocratização da terra”, de Carolina de Miranda Evangelista Lourenço, Juliana Elis dos Santos Hoffmann, Lucélia Almeida Rocha Góes e Marize Rauber Engelbrecht, onde se discute acerca do cenário atual que dificulta a democratização da terra e uma efetiva reforma agrária no Brasil. O estudo indica que a questão agrária está permeada por demandas econômicas, sociais e políticas, localizada em um cenário caracterizado pela redução das lutas coletivas ocasionadas pela não atuação política em prol da democratização do acesso à terra.

Em “Os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma nova força social em questão”, Gustavo Leite de Araujo da Silva e Eveline Algebaile problematizam sobre as relações que se dão no âmbito desse sistema composto por seus trabalhadores,

percebidos pelos autores como uma importante força política em defesa do SUAS. O cenário de análise foi a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a partir da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, uma estrutura com bases institucionais e corpo técnico próprios, atuando em ampla escala no contexto das acentuadas desigualdades socioterritoriais do Brasil.

Gabriela Barbosa Souza e Lílian Miranda Bastos Pacheco, no seu artigo “As narrativas como uma possibilidade para o processo de ensino e aprendizagem em contexto intercultural”, destacam a relevância das narrativas no processo de ensino e aprendizagem em contexto intercultural no *contexto da educação escolar indígena*. O estudo apresenta como resultado a importância do trabalho pedagógico organizado através dos contos do povo indígena Pataxó Hãhãhã para o ensino formal na comunidade. Os autores concluem que o trabalho pedagógico com gêneros textuais narrativos da própria etnia poderá possibilitar uma melhor mediação entre o trabalho com a língua e os saberes culturais.

Em “Políticas públicas de formação para o trabalho de pessoas com deficiência do governo do estado do Pará”, Gilmar Pereira da Silva, Janete Benjamin, e Ivanilde Apoluceno de Oliveira identificam e analisam as políticas públicas de formação de pessoas com deficiência para o trabalho do governo do Pará. A pesquisa constatou que no estado do Pará não possui regulamentações específicas para a formação profissional das pessoas com deficiência, que são inclusas através de programas destinados aos não deficientes.

Na seção *Educação*, “Pontes de convergência entre a noção de saber ambiental e o perfil esperado de um engenheiro”, de Poliana Belmon de Carvalho, Caio Cesar Bitencortt de Freitas e José Geraldo Pedrosa, discute a relação entre o saber ambiental e o perfil de futuros engenheiros a partir da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. O artigo mostra que o perfil esperado dos egressos do curso segundo as diretrizes é predominantemente, técnica e especialista, contradizendo, a proposta de formação de um profissional generalista e crítico.

O artigo de Giulliano Gloria de Sousa e Victória Rodrigues Viegas, “Educação e ações afirmativas: perfil sociorracial dos estudantes do IFMG Campus Governador Valadares”, traz uma análise do perfil dos discentes desse instituto com relação ao pertencimento étnico-racial e a condição socioeconômica. A pesquisa apresentada constatou que, embora essa instituição de educação básica esteja em conformidade com as políticas de ações afirmativas, há disparidades socioeconômicas e raciais entre os cursos ofertados e o perfil dos discentes.

Em “As reformas educacionais dos anos 90 e os impactos na gestão da educação brasileira: concepções e princípios”, Giselle Ferreira Amaral de M. Azevedo apresentam uma discussão acerca do contexto da mundialização do capital, e seus impactos nas reformas educacionais propostas pelos organismos internacionais. Os autores enfocam o princípio da gestão democrática da educação disposto na legislação brasileira, que tem como maior

desafio a sua consolidação no contexto escolar através de práticas que incentivem a participação como ato político e democrático.

No artigo “Pedagogias alternativas e formação profissional de engenheiros: experiências de aprendizagem no CEFET – MG”, Juliana Caroline Dias Pereira e Antônio de Pádua Nunes Tomasi procuram identificar práticas educativas alternativas à escola tradicional, para apontar as contribuições à aprendizagem e formação dos discentes desse centro técnico. O estudo aponta que os alunos são capazes de construir conhecimentos a partir de outras vias que não tenham como referência única a sala de aula, e indícios de que os mesmos são capazes de construir percursos formativos alternativos àqueles propostos pela escola.

Marcio Fernando Silva, no seu artigo “Desafios da formação de educadores/as de jovens e adultos: um estudo de caso”, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). O autor analisa PROEF-2, um projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dedicado à iniciação à docência em licenciatura em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa aponta que o projeto contribui para a constituição de um espaço de formação de professores/as, com especificidades formativas voltadas para a EJA.

Em “Uma análise sobre a relação entre os critérios de textualidade e a elaboração de analogias no processo de ensino aprendizagem”, Andréa Cristina Maggi e Ivo de Jesus Ramos apresentam os resultados de um estudo sobre o papel das analogias na interação sociocomunicativa. Tal estudo buscou compreender se cumprem o seu papel comunicativo e significativo no processo de ensino e de aprendizagem. Concluem que para ser “considerado texto, além de linguisticamente adequado, um enunciado precisa produzir sentido aos interlocutores envolvidos no processo comunicativo”.

Por fim, Fábio Peron Carballo, A. P. M. Fonseca, P. S. S. Ferreira e J. A. R. Neto, no artigo, da Seção Gênero, “Coisa de menino, coisa de menina” - o papel da educação física na compreensão das elaborações de gênero como base para uma educação inclusiva, analisam o quanto os/as alunos/as são influenciados pelos conceitos culturais que estabelecem os papéis de gênero e se os incorporam. Os autores apontam que a Pedagogia Esportiva Escolar é uma ferramenta de potencial humanizadora ao propor a inclusão de todos e respeito à diversidade, em um “mundo cuja base se assente na educação integral conduzindo os sujeitos rumo à autonomia”.

Enfim, destacamos às questões de gênero neste e nos números que antecederam, visando dar relevo à intersecção entre a categoria gênero e outras que se prestam à compreensão dos processos sociais, sobretudo no âmbito do “trabalho das mulheres, que na

maioria das vezes, é realizado pela mediação do seu corpo” (ARAÚJO, 2015, p. 171). Não podemos deixar de ressaltar a pertinência dessa categoria nas pesquisas sociais que dialogam com as Ciências sociais e a Filosofia.

Encerramos este último número, do Volume 1 da **Revista Relações Sociais**, apresentamos, como habitualmente, artigos com abordagens sobre temas da educação, gênero e trabalho aos que se interessam pelos estudos das relações sociais no Brasil.

Excelentes leituras!

Dr. Wagner dos Reis Marques Araújo/UFRGS

Dr. Antônio Marcos de Oliveira Siqueira/UFV

Editores

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wagner dos. R. M. A. **As mulheres Sateré-mawé: nas tramas do trabalho doméstico em Manus**. Manaus: Edua, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Porque continuar lendo pedagogia do oprimido?** Resenha. *Pedagogia do Oprimido*. 50 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. In. *Revista Políticas Públicas*. São Luís, v.16, n. 2, p; 459 - 461, jul./dez. 2012.

_____. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 6ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor)